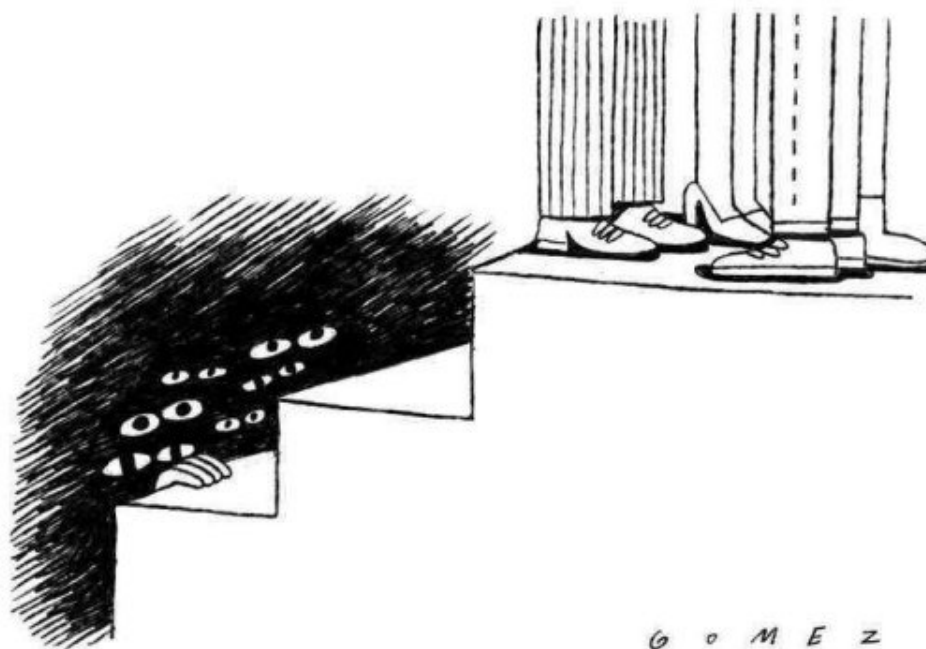


CORREIO BRAZILIENSE

Sexta feira 04 de novembro de 2022

Desigualdade, qualidade do emprego e da educação



José Pastore

A redução da desigualdade no Brasil depende muito da melhoria da qualidade dos empregos e da educação. No mercado de trabalho brasileiro predominam atividades e ocupações muito simples que remuneram mal, têm alta rotatividade e baixa produtividade: balconistas, motoristas, embaladores, atendentes, entregadores, arrumadeiras, merendeiras, lavradores, porteiros, ajudantes de cozinha, etc. Cerca de 2/3 dos brasileiros que trabalham realizam atividades desse tipo e 1/3 se dedicam a ocupações mais complexas nas áreas da educação, saúde, engenharia, tecnologia, ciências básicas, ciências sociais, direito e outras. São atividades melhor remuneradas, com menos rotatividade e com maior impacto na produtividade.

Historicamente, esse quadro decorre da natureza do nosso sistema produtivo que está muito ligado à agricultura, mineração e pequenas empresas do comércio e serviços. Cerca de 2/3 das exportações brasileiras são intensivas em produtos naturais (commodities). Veja o contraste da Alemanha: mais de 50% das exportações são de bens e serviços intensivos em conhecimento (veículos, maquinário complexo, fármacos, engenharia, etc.). Para produzir esses bens e serviços, cerca de 2/3 dos empregos são de

boa qualidade, bem remunerados, de baixa rotatividade e alta produtividade e 1/3 são de má qualidade, em geral, ocupados por imigrantes como é o caso dos balconistas, garçons, motoristas, faxineiros, ajudantes de obra, etc. Trata-se de uma estrutura de atividades e de ocupações que é, grosso modo, o inverso da brasileira.

Para preencher os 2/3 de bons empregos, a Alemanha dispõe de um sistema de ensino efficientíssimo nas áreas tecnológicas e científicas. É o chamado ensino dual no qual os estudantes passam metade do tempo na escola e a outra metade nas empresas com boa orientação. No nível superior, a qualidade é igualmente elevada.

No Brasil, mesmo para preencher os bons empregos que são poucos, há falta de pessoal qualificado. Assim ocorre na área de projetos para infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento industriais, criação e gestão de tecnologia de informação, profissionais para a área de energia, profissionais para a solução de problemas climáticos e ambientais etc. Não é para menos: 3% da nossa força de trabalho ainda são analfabetos; 23% têm apenas alguns anos do ensino fundamental; 8,5% só têm o fundamental completo; 7,5% têm o ensino médio incompleto; 33% têm o médio completo, na maioria dos casos, de má qualidade. Ou seja, 75% dos trabalhadores brasileiros são de qualificação limitada o que, de certo modo, acompanha os 2/3 de maus empregos para eles disponíveis.

Portanto, temos dois problemas gigantescos pela frente. Primeiro, transformar os 2/3 de maus empregos em bons empregos. Segundo, garantir uma boa qualificação para se preencher os poucos bons empregos. Só assim se pode pensar em reduzir a desigualdade.

Não gosto de apontar problemas sem indicar soluções. Mas tenho de ser realista e dizer que esse quadro não muda de repente. Sofisticar a atual estrutura de produção demanda décadas de trabalho bem feito. O mesmo ocorre para a melhoria da qualidade da educação. Nos dois casos, porém, o importante é ter um plano de longo prazo e começar a implantação imediatamente.

Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras